

O SILÊNCIO DA INSTITUIÇÃO: DE PRÁTICAS LETRADAS E TÉCNICAS RETÓRICAS

Luiz César De Sá Júnior *

SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). *Do mito das musas à razão das Letras*. Chapecó: Argos, 2014. 1071 p.

Brian Vickers, acostumado à vastidão da instituição retórica, sua continuidade aparentemente interminável, por vezes mesmo tediosa, guardava um conselho que bem serve de introdução a este comentário: os tratados de retórica antigos, frequentemente tidos por mecânicos e áridos, revelam aos historiadores algo que nem sempre somos treinados a observar. São esses livros, dizia Vickers, “que melhor exemplificam as dificuldades enfrentadas pelo historiador ao naturalmente assumir que, com o passar do tempo, as coisas vão mudar. Mas não foi este o caso.”

De fato, durante os longos séculos que separam o mito de Corax, reputado primeiro praticante das técnicas retóricas, numa disputa de terras ocorrida em Siracusa, até a “razão” romântica que cunhou a – como alhures disse João Adolfo Hansen – concepção de que possa haver discursos sem forma, inúmeras técnicas retóricas foram escritas; elas, por sua vez, deram origem a usos públicos, anônimos e compartilhados de tópicos e táticas que acabaram se consolidando como práticas de longa duração agregadas pela noção de “instituição retórica”. A importância das técnicas retóricas que

* Doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Renaissance Society of America (RSA), do Grupo de Estudos da Tradição e Recepção Clássicas, vinculado à Universidade Federal de São Paulo e ao CNPq, e do Grupo de Pesquisa em História das Práticas Letradas, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao CNPq. Realizou estágios de pesquisa na Universidade de Lisboa (2008-2009) e na Princeton University (2014). Tem interesse na área de História Moderna, com ênfase nas práticas letradas dos séculos XV-XVIII.

então regiam a produção e o consumo dos discursos foi bem notada por aqueles que se dedicam, por exemplo, aos primeiros séculos da época moderna. De certo modo, eles já haviam intuído o que Peter Mack recentemente contabilizou: foram editados, apenas entre 1460 e 1620, oitocentos manuais de retórica por toda a Europa, e aqueles mais bem-sucedidos, como os escritos por Erasmo, ultrapassaram a marca de cem reedições ou reimpressões. Chamá-lo de “príncipe dos humanistas”, portanto, não equivalia somente a ato laudatório, mas significava o reconhecimento de seu destacado capital num mundo que movia seus moinhos com as águas da erudição.

Mas o exercício das técnicas retóricas ia muito além da *Respublica litterarum*, pois estava absolutamente no centro de atos políticos de vária ordem: achamo-lo nas acusações expedidas por um membro do Santo Ofício, nas cartas de amor encomendadas por um jovem príncipe, nos insultos ponderados de um luterano e mesmo nas sátiras de um cardeal. Retomar todo o conjunto de orientações que presidia à confecção desses discursos custa caro. Ainda que o fluxo de traduções respeitáveis tenha aumentado significativamente, o conhecimento mínimo do latim – e também do grego e do hebraico, para os que se aventurarem a chegar mais perto das cordilheiras desses tempos esquecidos – é necessário.

Se antes esse conhecimento era repertório mínimo de um jovem estudante de graduação em humanidades, hoje devemos aceitar que o investimento para atingi-lo costuma estar além das possibilidades de muitos, ao menos até a chegada à pós-graduação. Por isso, a edição de textos relevantes em traduções controladas por especialistas pode servir de instrumento para mobilizar alunos a descobrir temas de estudo em diversos campos, e este fato por si só justifica plenamente a edição de “Do mito das musas à razão das Letras” pelo professor Roberto Acízelo de Souza.

Acízelo é professor titular de literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo se dedicado majoritariamente ao estudo do que chamou de fundamentos conceituais dos estudos literários. É conhecido por, dentre outros, um livro pioneiro sobre a circulação de escritos retórico-poéticos no Brasil oitocentista, *O Império da Eloquência*, publicado em 1999. Seu trabalho mais recente, ora resenhado, saiu no ano passado, e constitui-se como uma antologia de textos relativos às artes do discurso praticadas no interior

da instituição retórica. Foi preparada com a colaboração de diversos especialistas, que se encarregaram de traduzir os textos de seus originais. Um primeiro reconhecimento foi-lhe outorgado pela Academia Brasileira de Letras, que concedeu o prêmio na categoria “Ensaio, Crítica, História Literária” a esse livro.

A introdução do volume apresenta aos leitores a extensão vertiginosa da proposta. Reconhecendo que as formas de compor discursos entre os escritos associados ao nome “Homero” e o século XVIII impõem ao pesquisador a tarefa árdua de se alfabetizar numa linguagem que trai a distância a nos separar dela, e também as formas antigas de avaliação dos bons discursos, calcada na autoridade dos melhores modelos de cada gênero e em sua emulação, Acízelo procurou montar um panorama das muitas faces das “artes verbais” então predominantes.

Ainda que a composição dos fragmentos de diversas *auctoritates* preste o serviço, mencionado, de situar potenciais pesquisadores num mundo que, desconhecendo a literatura enquanto autonomia e desinteresse estéticos produzidos por sujeito psicológico, vivia nas Letras, Acízelo se pergunta se ele seria o suficiente para motivar o esforço que culminou de mais de mil páginas do volume. Para ele, a resposta é negativa, e a explicação, felizmente desconcertante.

O apelo do organizador vai no sentido de justificar o livro precisamente por sua *desimportância contemporânea*. “Preliminarmente”, isso significa, de acordo com Acízelo, que, “se tivermos do trabalho intelectual uma concepção menos imediatista, menos subordinada ao imperativo de pronto rendimento prático dos projetos de pesquisa, o conhecimento do universo cultural proporcionado pelas obras e autores aqui reunidos já por si só representa um fim que justifica a iniciativa” (p. 23).

Acízelo parece querer dizer com isso algo que vai além da caracterização da obra, na medida em que põe em jogo um método adquirido com sua leitura. O “prático rendimento” a que se refere, aparentemente voltado à crítica da compressão das investigações contemporâneas, obrigadas a fugir dos fardos da erudição para se aquartelarem nas breves linhas do *lattes*, também indaga pela possibilidade de tirar da leitura dos textos listados “uma pauta de problemas” (p. 23). A duração das práticas retóricas pode ser, pelas

vias de sua recapitulação em termos históricos, transformada numa máquina de confecção de temas que, tendo sido reciclados em diversas situações contingenciais na época da instituição, podem também ser trazidos à tona por contraste com mudanças “modernas”. Assim, passamos a ter em mãos um catálogo de indícios por meio dos quais possamos pensar contemporaneamente os antigos problemas da mímese, da emulação, da *auctoritas*, etc.

Os critérios de escolha para formular a antologia detiveram-se majoritariamente na abrangência e representatividade de um dado texto, mesmo que ele não tenha sido acolhido por sua indiscutível excelência. Mas há outros, como a proximidade cultural com as práticas letradas da península ibérica, que motivou o editor a escolher textos que dialogassem, por exemplo, com a discursividade colonial. Curiosamente, as traduções para o português foram preparadas a partir de textos antigos. Embora haja traduções recentes da *Arte poética* de Horácio, Acízelo introduz aquela de Cândido Lusitano, do século XVIII. Essa decisão acarretaria a diminuição de anacronismos na experiência do leitor com o *auctor* antigo, uma vez que, no caso citado, Cândido Lusitano estaria melhor posicionado por compartilhar “os mesmos princípios literários observados na composição do original” (p. 24). Ademais, essa opção permite ao leitor comparar traduções mais acessíveis a textos imbuídos de valores e vocabulários frequentemente expurgados no decorrer do esforço de “atualização” dos antigos. Por fim, ultrapassa o entendimento corrente que muitas vezes supõe recuperar o “pensamento original” ou a “versão primeira” de um texto sem reparar que as sucessivas aparições dele em modalidades e materialidades muito distintas é o mais fundamental para restituir seus sentidos historicamente verossímeis.

Outro ponto de acerto está na decisão de rejeitar o agrupamento dos textos a partir de critérios “nacionais”, estranhos à maior parte da duração da instituição retórica, e de impedir sua distribuição a partir de critérios neokantianos como “Barroco” e “Renascimento”, que falam muito mais de seus criadores do que dos tempos a que foram destinados recobrir. Iguamente impertinente seria dividi-los por “disciplinas”, dado o sincretismo em que eram escritos, tampouco segundo categorias literárias como “representação” ou “estética”.

Todas essas considerações levaram a que fossem organizados por meio de “núcleos temático-conceituais” (p. 25), que retomam gêneros antigos a partir de suas disposições históricas. Por um lado, somos apresentados a um longo conjunto intitulado “regras de composição” (p. 55-456), que começa com a retórica do *Anônimo a Herênio* (c. 80 a.C) e termina com o *Compêndio retórico* de Bento Rodrigo de Sotomaior (1794), ambos entremeados por livros de grande abrangência temporal e geográfica. Por outro, descobrimos seções sobre os “gêneros” retórico-poéticos e “ordenamentos historiográficos”.

Duas questões poderiam ser levantadas quanto a essa escolha. Em primeiro lugar, teria havido rendimento em estabelecer interações entre textos que tivessem servido de *auctoritas* para a confecção de outros. Seria instigante ler excertos ligados à “Querela dos antigos e modernos” datados dos séculos XVII e XVIII ao lado, por exemplo, de fragmentos do *Diálogo dos oradores* de Tácito, que frequentemente lhes serviu de arrimo, algo que pode ser pensado para futuros empreendimentos dessa linha editorial.

Em segundo, é lícito mencionar que a grande dificuldade criada por esse critério é a desigualdade com que trata determinados conjuntos documentais. Veja-se, por exemplo, a seção “Querela dos antigos e modernos”, já citada. Uma das menores do livro, ela deixou nas sombras seu principal debatedor “moderno” na França, Charles Perrault, que inaugurou as discussões que vieram posteriormente a ser batizadas de “querela dos antigos e modernos” com a leitura pública do poema *O século de Luís XIV* (1687), a que se seguiram os quatro tomos dos *Paralelos entre antigos e modernos*, publicados ao longo da década seguinte.

Além disso, o uso do critério de agrupamento é, neste caso, de certo modo polêmico, uma vez que o que se registra como “querelas dos antigos e dos modernos” tem relação com formas de conflitualidade que não necessariamente recebiam essa denominação em seus contextos originais, e nem eram catalogadas por dela. Por exemplo, pesquisadores como Antoine Lilti ressaltam que foi apenas com a publicação do livro do abade Iraihl, *Querelles littéraires, ou Mémoires pour servir à l'histoire des révolutions de la république des lettres, depuis Homère jusqu'à nos jours*, em 1761, que o termo “querela” ganhou preponderância na comemoração histórica das

controvérsias letradas dos séculos XVII-XVIII. A mesma monumentalização que a coletânea bem evitou ao cuidar para que interferências anacrônicas não poluíssem a leitura dos textos traduzidos pode acabar, assim, retornando para a terminologia de uma de suas seções, caso não tenhamos esses aspectos em mente.

As questões indicadas, de se esperar num projeto de tamanha envergadura, não tiram de forma alguma o mérito de *Do mito das musas à razão das Letras*. Contando com a participação valiosa de pesquisadores reconhecidos em suas áreas de atuação, bem como com a organização de um reputado especialista, constitui instrumento desde já fundamental para resgatar as práticas retóricas do silêncio que sua obsolescência nos impôs desde o século passado.

RECEBIDA EM: 06/02/2015
APROVADA EM: 22/09/2015